

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A AGENDA E2030 NO BRASIL

Nicole de Oliveira Lima (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Jani Alves da Silva Moreira (Orientadora), e-mail: ra107791@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área: Ciências Humanas

Subárea: Educação, Política Educacional

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Educação Inclusiva, Agenda E2030

Resumo:

O presente resumo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa de iniciação científica que se refere a uma análise das recomendações políticas preconizadas para a Educação Inclusiva no Brasil a partir da Agenda E2030 estabelecida por meio de acordo internacional no Fórum Mundial de Educação ocorrido em Incheon, Coreia do Sul, onde 160 países participantes se comprometeram com a implementação da Agenda E2030. A agenda política abrange em específico para a Educação o objetivo número 4, denominado de ODS4, expresso na Declaração de Incheon (ONU, 2015). Trata-se de uma pesquisa exploratória e de análise documental no qual se apresenta uma categorização das principais políticas para a educação inclusiva e analisa o contexto das atuais reformas educacionais e da formulação política para a educação inclusiva.

Introdução

A Agenda E2030 foi aprovada em 2015, no Fórum Mundial de Educação ocorrido em Incheon, Coreia do Sul. Na ocasião 160 países participantes se comprometeram com a efetuação da agenda, a qual abrange em específico para a Educação o objetivo número 4, denominado de ODS4 e expresso no documento resultante do Fórum, a Declaração de Incheon (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2015).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é a responsável para liderar e coordenar a agenda política E2030 na América Latina e o Caribe. Chefes de Estado, líderes governamentais e representantes da ONU e da sociedade civil se reuniram de 25 a 27 de setembro, em 2015, na 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em reunião da Cúpula das Nações sobre o Desenvolvimento Sustentável 2015, que ocorreu na sede da ONU, em Nova Iorque. Durante a Cúpula foi adotada a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se refere a um conjunto “[...] formado pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que

devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017, p. 1).

Após dois anos de lançamento da Agenda E2030, em 24 e 25 de janeiro de 2017, ocorreu em Buenos Aires a reunião da Cúpula dos ministros de educação latino-americanos e caribenhos, organizações internacionais e da sociedade civil. Na ocasião, discutiram as formas de alcançar os objetivos da Agenda E2030 para o alcance do Desenvolvimento Sustentável nos países. Em especial, essa foi a primeira reunião da cúpula regional que abordou com exclusividade o ODS4 da Agenda E2030, que se refere a “Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018, p. 1). A missão acordada pelos ministros de educação em Buenos Aires foi o delineamento de uma visão regional para a educação na América Latina e o Caribe até 2030, com o intuito de promover estratégias e programas nos países latino-americanos e caribenhos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Portanto, entende-se como objetivo dessa pesquisa a compreensão do contexto histórico-político e econômico em que se assenta o processo de discussão e definição da Agenda E2030 para a Educação Inclusiva no Brasil. Dessa forma, visando discutir os conceitos de Educação Inclusiva a partir do papel do Estado e do Neoliberalismo no contexto da atuação da Nova Direita no Brasil, analisando e identificando, dentro das propostas da agenda E2030 do ODS4, como essas leis de políticas e gestão educacional vem sendo formuladas desde 2015.

Essa pesquisa se justificou pela necessidade de compreender o contexto atual de formulação das políticas para a Educação Inclusiva. Ainda são poucos os estudos e pesquisas que abordam esse tema. Em uma rápida busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ao apresentar o descritor “políticas de educação inclusiva” apareceram 74 trabalhos, sendo 56 dissertações e 18 teses, sendo a primeira pesquisa desenvolvida em 2002. Esse breve panorama retrata que o debate acerca do tema carece de ser ampliado.

Materiais e métodos

Esta pesquisa, de cunho teórico bibliográfico, apresentou uma análise documental, tendo como base o estudo de documentos legais e institucionais que tratam sobre o tema. Foi-se utilizado uma mediação analítica levando em consideração que as políticas educacionais têm como base as mudanças concretizadas a partir da realidade histórica-concreta, portanto, parte-se da compreensão da totalidade histórica, para em seguida, compreender as mudanças efetivadas nas políticas de Educação Inclusiva a partir da Agenda E2030.

Resultados e Discussão

A pesquisa discutiu sobre os principais conceitos e ideais neoliberais presentes nas políticas educacionais, tanto no Brasil, como na agenda internacional E2030. Buscou-se entender o que é o neoliberalismo e quais seriam e são suas principais implicações dentro das políticas públicas educacionais, fundamentando-se a pesquisa com livros, artigos e publicações que trabalham essas concepções. Com isso, durante uma análise às leis e propostas, foi possível notar que essa nova onda da direita está cada vez mais presente nas políticas educacionais, seja implicitamente ou explicitamente.

Conclusões

Ao analisar as recomendações políticas preconizadas para a Educação Inclusiva no Brasil a partir da Agenda E2030 e o ODS4, destaca-se três aspectos.

O primeiro deles é que a educação inclusiva prevê um sistema de ensino que entende a diferença como identidade ou individualidade e sua prática no ambiente escolar deve-se efetuar inicialmente pelo planejamento de políticas públicas. Essas políticas devem entender o aluno como um ser em desenvolvimento e não como futuro para o desenvolvimento do país ou produto do mercado. Assim como Mantoan (2003) afirma: “[...] ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis” (2003, p. 47).

Um segundo aspecto é que a Declaração de Incheon recomenda orientações políticas para a inclusão com base em uma visão neoliberal, em que propiciar a educação para todos é importante já que isso trará desenvolvimento econômico e sustentável ao Brasil e ao mundo. O discurso utilizado, também demonstra uma forma de adequação do privado ao público, sugerindo em vários momentos que a busca por parcerias (terceiros) é necessária para que a educação chegue a todas as pessoas. Portanto, é perceptível que essa agenda tem relação intrínseca com os valores econômicos proposto, também, pela nova direita, que fundamentada no neoliberalismo e no neoconservadorismo, busca a criação de políticas públicas que no seu discurso apaguem as memórias históricas do grupo marginalizado e visto negativamente como o “outro” (APPLE, 2003).

O terceiro aspecto, é que a educação mundial que traz termos e analogias neoliberais pode permitir uma abertura dentro dos governos atuais para implementarem uma falsa inclusão, como ocorre no Brasil, dentro de um contexto de crise econômica, de saúde e política. Desde que a atual gestão governamental assumiu a presidência. Portanto, conjectura-se que há essa inconstância nos sistemas educacionais e sociais, com a pandemia da

COVID-19, há implantação de propostas políticas que é a educação via ensino remoto. Pautada em uma proposta denominada mais “inclusiva” e “democrática”, sendo que no país não temos acesso à Internet em todas as regiões.

Devido essa necessidade de se compreender como surgem e se modificam as políticas públicas nacionais, relacionadas à perspectiva de educação inclusiva com base na agenda mundial E2030, do ODS4 que se entende a importância dessa pesquisa, principalmente no momento em que se encerra a pesquisa, no qual o mundo se encontra em crise de saúde mundial, no qual urge-se em repensar formas para adequar a educação à todos, todas e todos.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço às políticas de incentivo à pesquisa no país, em especial, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao investimento por meio de bolsa de estudos para a pesquisa;

Agradeço a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação pela gestão ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Maringá (UEM);

Um imenso agradecimento, principalmente, à professora Jani Alves da Silva Moreira, que fez com que esse projeto fosse realizado, assim como o grupo de pesquisa GEPEFI, da qual participei durante o processo. E agradeço, também, à minha família, ao meu namorado e aos meus amigos mais próximos, que me ajudaram a chegar até aqui para desenvolver essa pesquisa.

Referências

APPLE, Michael. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo; revisão técnica de José Eustáquio Romão. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

UNESCO. **Declaração de Incheon**. 2015

UNESCO. **Declaración de Buenos Aires**: Reunión Regional de Ministros de Educación de América Latina y el Caribe. 2017.

UNESCO. **Educação 2030**: Declaração de Incheon e Marco de Ação; rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília, DF, 2016.